

Eduardo Lourenço

Não há ninguém para apresentar Tristão Bernardo como eu mesmo. Serve-se melhor quem o faz por suas mãos. Como Napoleão (não exagere rapaz) coroar-me-ei por minhas mãos, mas será uma coroação como a de Quincas Borba: com uma coroa de Nada.

11 de Setembro de 1953, *in Diário*

A arca labiríntica de Eduardo Lourenço guarda heterónimos

como Tristão Bernardo, Tristão Georges, Tristão Nadal e Tristão Marcel, as «máscaras transparentes», confessa em entrevista a Carlos Câmara Leme. «Mais transparentes do que eu próprio sou enquanto sujeito de escrita.» Num momento em que se reedita *O Labirinto da Saudade*, e que o seu espólio continua a chegar de Vence directamente para a Fundação Calouste Gulbenkian, publicamos alguns dos inéditos que marcam a *biografia* do maior ensaísta português. O mesmo que quis sempre andar «pelos dois passeios da vida e, às vezes, em sentido contrário». O mesmo que escreveu «contra toda a espécie de biografia».

Breve evocação de Tristão Bernardo

Aos seus e aos meus amigos

«Sometimes, however, to be a "ruined man" is itself a vocation»
T.S. Elliot sobre Coleridge

Só os mortos podem ser evocados. O nosso amigo Tristão Bernardo não se conformou nunca com a evidência solar, da morte absoluta, como ele mesmo dizia. Para me perdoar esta tentativa, aos seus olhos absurda, tenho de imaginá-lo furiosamente morto. Os seus amigos receberão sem surpresa esta imagem de Tristão discutindo a sua morte com a veemência com que discutia na vida as figuras inventadas pelos homens para se entregarem de mãos atadas a qualquer imagem do destino.

Tristão Bernardo nasceu a 23 de Maio de 1923 numa aldeia beirão de camponeses pobres, próximo de Espanha; morreu a 20 de Novembro de 1952. O seu nome a data destes acidentes comuns a todas as vidas terão apenas a importância destas páginas que todos nós, os seus amigos, escolhemos de entre a massa dos seus *Cadernos*. A sua vida mundana decorreu no silêncio social comum a milhões de outros como se ela fosse a única presença. Na sua vida de todos os dias víamos o nosso amigo lutar como um demónio para ter um rosto definitivo, sociável, inscrito, funcionário, legal mas esse deus ausente que lhe não consentia o sono fez dele um fora-da-lei. Como uma serpente – símbolo que lhe era particularmente querido – vimo-lo sempre, com espanto, atravessar incólume as múltiplas peles das suas tentações mais secretas. Nenhum partido, nenhuma ideologia, nenhuma igreja, imagem alguma do Inevitável buscada sem descanso, o inscreveram nos seus registos efémeros. Ou eternos. Ele mesmo se sentia protegido magicamente de todas as quedas. Não ignorava que as suas entregas lhe abririam largas portas. De perdição, pensava ele, invocando a evangélica porta estreita. De salvação. Diziam aqueles que o desejavam ver semelhante a eles. Mais

raros aqueles que o faziam por amor, mas a uns e outros opôs uma idêntica recusa. Uma miraculosa fidelidade à infância, um humor irreduzível apesar de todas as catástrofes, uma séria ausência de seriedade, jamais permitiram aos seus amigos, ou conhecidos, descontar sobre o seu futuro cheques com cobertura. O futuro era o seu reino mas ele via-se lá definitivamente despojado de todas as ilusões. Como poderia oferecê-las aos outros? Os amigos podiam contar com a sua generosidade ou sacrifício total. Não podiam dispor de uma só ideia. A sua adesão espiritual nunca podia separar-se dos famosos exames prévios que ele reclamava. E ele reclamava exames prévios para todas as coisas. Sendo assim, como falar daquele que foi para os seus íntimos – tanto quanto alguém o podia ser para ele – um virtuoso da vida suspensa?

Tristão Bernardo nasceu a 23 de Maio de 1923 numa aldeia beirão de camponeses pobres, próximo de Espanha; morreu a 20 de Novem-

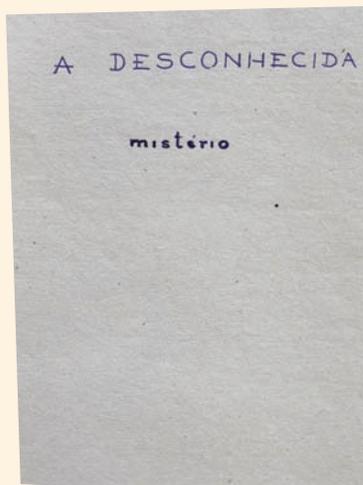
bro de 1952, de peste, em Aden, a caminho da Índia. Nada mais haveria a acrescentar – a não ser para os amigos – se não existissem estas páginas, que todos, de comum acordo, escolhemos de entre os seus *Cadernos*. Todos sabíamos da sua existência. Alguns de nós censurávamos Tristão Bernardo pela existência desses *Cadernos* onde suspeitávamos sempre que se dera livre curso a subjectividade infinita do nosso amigo que nós teríamos preferido aplicada a tarefas mais urgentes e positivas. Eu pertencia a esse número. Não sabia então que Tristão Bernardo não conheceu outra urgência do que a urgência de Deus. Não sabia, sobretudo, que a sua atenção não se dirigia primariamente ao espectáculo do mundo. Desconhecia a vertigem comum e magnífica dos olhos e dos ouvidos. A multidão das coisas não o fascinava. Nem tinha palavras através das quais pudesse adquirir o sentimento de possuir esse mundo. Tudo se resumia para ele numa atenção anormal ao espectáculo da sua alma nesse vasto e surpreendente mundo. Reconhecera muito cedo a verdade cristã que é pouco importante ganhar o mundo se se perde a alma. Para saber que espécie de alma era a sua e como salvá-la, submeteu-se a essa vigilância demoníaca que eu lhe censurava. Os leitores ajuizarão por si.

A montagem dos textos é discutível. Presta-se, segundo a minha opinião, a sugerir uma ideia de continuidade que o original caótico e desordenado não pode permitir. Tristão voltava, vezes sem conta, aos mesmos lugares que nós poderíamos imaginar vazios. A bem dizer não progredia, aprofundava, afundava-se à medida que o vento do deserto levantava em volta da sua única preocupação o túmulo de areia que o submergiu. Por outro lado, a selecção teve de obedecer a critérios de outra or-

dem que não a intelectual. Nós sabemos em que medida isso altera a fisionomia autêntica do nosso amigo mas muitas anotações de carácter político, certas referências pessoais e a extrema liberdade de linguagem de algumas páginas aconselhavam essa eliminação.

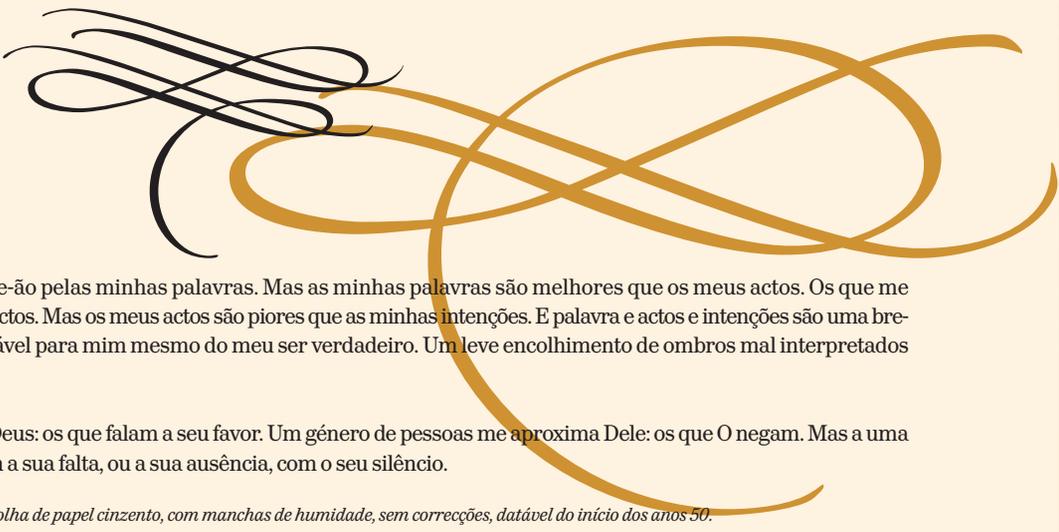
Igualmente difícil foi a escolha do título. As verdadeiras intenções de Tristão Bernardo eram-nos desconhecidas. É quase certo que seja um abuso esta publicação. Cabe-me a mim a escolha do título. Desejei que nele figurasse o nome de Tristão mas desejei sobretudo que o seu espírito estivesse aí presente. Este não é o *Livro da Alma* que Tristão Bernardo desejaria ter escrito segundo uma passagem deste mesmo diário. Mas com certeza há nele muita coisa do que ele poderia ter escrito. De qualquer modo foi o único que escreveu. Essa razão basta para nos justificar.

É o subtítulo, *Diário Metafísico*, que se presta a reparos. Na realidade não se trata de um Diário...



Folha de rosto, desenhada por Eduardo Lourenço, de um hipotético livro de Tristão Bernardo, *A Desconhecida – Mistério*, Coimbra, 1951

Transcrição de manuscrito inédito, inacabado, a tinta azul em folhas de papel branco amarelecido, com algumas correcções e emendas. No verso da primeira página Eduardo Lourenço escreveu em caligrafia rápida: «Era um ser de paixões a quem a inteligência paralisava. O fervor sucedia nele ao desânimo e um e outro ocupavam-no todo de cada vez. Nunca pude saber se era um ser de paixões a quem a inteligência paralisava, se uma inteligência a quem a fraqueza da vontade não consentia jamais uma autêntica paixão a não ser a da inteligência.»



Para Tristão

Os que me não conhecem julgar-me-ão pelas minhas palavras. Mas as minhas palavras são melhores que os meus actos. Os que me conhecem julgar-me-ão pelos meus actos. Mas os meus actos são piores que as minhas intenções. E palavra e actos e intenções são uma breve ondulação à superfície impenetrável para mim mesmo do meu ser verdadeiro. Um leve encolhimento de ombros mal interpretados do próprio Deus.

Um género de pessoa me afasta de Deus: os que falam a seu favor. Um género de pessoas me aproxima Dele: os que O negam. Mas a uma e outras prefiro aquelas que honram a sua falta, ou a sua ausência, com o seu silêncio.

Transcrição de manuscrito a tinta azul, em folha de papel cinzento, com manchas de humidade, sem correcções, datável do início dos anos 50.

Para Apresentação de Tristão Georges

Uma única evidência teve até hoje a claridade necessária para se poder unir, sem grande luta, à minha maneira de ser mais profunda. Menos cauteloso, a fascinação da sua verdade poderia ter-me servido para iniciar com ela um tratado de mística. Bastaria talvez traí-la. Ou então ser impaciente como um autêntico místico. Felizmente, a lucidez de certas horas contenta-se como as evidências nuas e isso é-me particularmente grato pois toda a nudez me torna humilde. Por isso resolvi contentar-me. O que se me revelou, subitamente, em certas alturas da vida, foi muito simples. É muito simples essa revelação: os momentos mais absolutos da presença humana servem apenas para destacar com uma nitidez implacável o diálogo paralelo que, como uma música subterrânea, nunca deixara de se entreter em nós, apenas connosco mesmos. O personagem velado, sempre presente e sempre impossível de olhar na face, anuncia-se no meio do banquete para lembrar que não se deixará esquecer. É uma ilusão piedosa chegar a crer que remontamos o anel circular da nossa solidão. Os interlocutores do nosso diálogo podem não estar a mais mas convém saber que não são mais que um pretexto. Todos os homens escondem isso uns dos outros e têm razão porque aceitar isso equivale a destruir

a ideia da humanidade em nós e a tornar injustificável a crença consoladora de supormos que somos realmente valiosos para alguém.

Contudo as duas experiências cruciais da vida estão aí para nos desmentir: o amor e a morte. Em face de um morto querido o nosso diálogo consome-se numa agonia circular, cria a pergunta e a resposta e, por fim, afunda uma e outra no silêncio que desliza, paralelamente, sem a tocar, à presença opaca donde o diálogo procede. Verdadeiramente podemos dizer que chegámos apenas ao limiar do diálogo. Só os seres de diálogo fazem Diário. No amor não é um diálogo que pode nascer é um diálogo que morre. O ser querido está perdido no tormento informe do seu próprio prazer. Não pode responder ao nosso apelo. O nosso diálogo não o alcança. No fundo nunca o alcançou e como numa tempestade dois barcos que pedem socorro cruzam-se na noite de luzes apagadas sem se reconhecerem. Agora o diálogo *está além*. Aquém de um outro, além do outro, isso significa unicamente que está em nós (naquilo a que nós chamamos *nós*).

Esta página do próprio diário de Tristão Georges que publicamos, sob muitos aspectos tão característica do seu processo mental e do seu método...

Transcrição de manuscrito a tinta preta, incompleto e não datado, com numerosas correcções, no recto e no verso de uma folha de papel branco amarelecida. Junto a ela encontram-se no acervo mais duas folhas com versões diferentes desta Apresentação de Tristão Georges e uma folha de rosto desenhada por Eduardo Lourenço para um hipotético livro atribuído a Tristão Georges: Nietzsche ou a Taça por onde os Deuses Bebem, O Ateísmo Infeliz, 1949.

Breve invocação de Tristão Nadal

«Sometimes, however, to be a "ruined man" is itself a vocation»
T.S. Elliot sobre Coleridge

A bem dizer, os homens como o meu amigo Tristão Nadal não precisam ser invocados Da linhagem complacente e sem pudor dos autores que «contaram com a sua alma» eles se evocam a si mesmos com maior ou menor felicidade. Aliás para quem o invocaria eu? Os amigos não têm necessidade disso; os desconhecidos não poderiam reconhecê-lo.

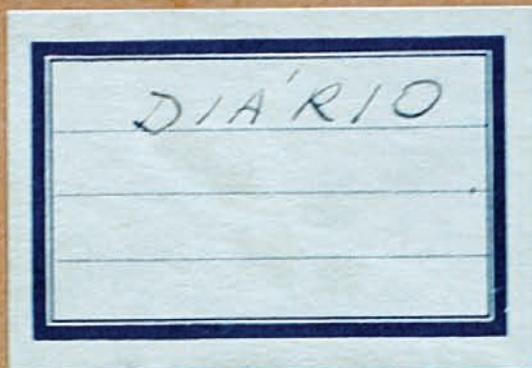
Todavia é bem para os amigos que eu o invoque, tentando pôr alguma ordem nas imagens dispersas que cada um guardou. Eles sabem como eu que seria vão exigir outra coisa, por exemplo, um desses retratos nítidos e cruéis que o século XVII apreciava. Tristão Nadal recusou durante a vida entregar-se de mãos atadas a qualquer imagem do destino. Um amigo não pode aproveitar a sua morte para lhe colar no rosto a máscara apagada de um destino. Tristão

Nadal está inteiro nas páginas agora publicadas. A sua vocação foi escrevê-las para se libertar, segundo ele imaginava, da tentação ilusória de escapar a um destino.

Algumas vezes a vida excede os nossos votos mais ardentes. Tristão Nadal sonhava com uma literatura totalmente anónima. Nessa idade média do futuro consentiria em ser autor. Esse desejo do anónimo não era a fórmula de uma salvação na derrota comum. No seu caso era uma das formas do mito da «pureza», mitologia vazia como verificou no fim da sua vida. Queria que o escrito atingisse o leitor, desarmado como uma criança, para morrer ou sobreviver nele. O destino fez-lhe a vontade: aparece como um desconhecido e pôstumo, isto é, duplamente anónimo.

A sua vida não se distinguiu em coisa alguma da do comum dos homens. Fora do círculo normal dos seus amigos passou completamente desconhecido...

Transcrição de manuscrito, inacabado, a tinta azul, em duas páginas de papel pardo amarelecido, sem correcções ou emendas. Datável dos inícios dos anos 50.



Tristão Marcel e Miguel Torga

Tristão Marcel passeava um dia ao longo do Mondego, apressado e lodoso e profundo, que há dias que chove, com M[iguel] Torga. Falou-se em Diários e M[iguel] Torga disse a impossibilidade e até a inviabilidade entre nós dum Diário à Gide, à Amiel (ele procurou e não encontrou mais mas eu sabia bem o que ele querias dizer). «Sabe: Diários desses são impossíveis: não há entre nós sobre o que pensar, sobre o que reflectir. A única filosofia, aquela que eu quis (o senhor sabe o que tenho feito) dar é só esta.» E apontou-me o rio turvo, as águas eriçadas e rápidas do Mondego precipitando-se sob a ponte a sul do cais da Estação e o Choupal duma negrura verde-molhada, erecto, nu, como uma álea de virgens prontas para a entrega voluptuosa entre a massa fascinante e temerosa da corrente. «É esta filosofia, a filosofia que nasce das coisas para os olhos, a cor especial que aqui e em mais parte alguma têm certas árvores ou certas flores, o cheiro de certa terra, a desolação e o abandono de tantas aldeias onde um lirismo louco e inacreditável consegue fazer-se ouvir, é isso que eu queria dar. Não quero copiar ninguém. Não quero que o meu Diário lembre Gide, nem Amiel, nem Maria Bashkirtseff. Que seja o que for, mas que seja português e meu. Que um estrangeiro não se sorria como em frente do Eça por se lembrar que lê um Flaubert traduzido com *gaulcherie*. Não, nada disso. Eu quis agarrar nos Camilos, nos Aquilinos e arrancar deles filosofia, a nossa maneira de ser, esta coisa maravilhosa que é terrosidade misturada com lirismo, com um sebastianismo incurável e capaz de renascer dos cardos. Todas as caravelas se afundam, nós já sabemos, o nosso povo sabe disso, mas um Ti Mónica

qualquer construirá sempre nem que seja um barquinho de braçal. Era isso que eu queria fazer. Nunca pensei num Diário intelectual.»

Tristão Marcel ouvia-o deliciado mas aqui interrompeu-o: «Entre nós julgo que é possível um Diário desses: meditação sobre o “lá fora.”» O Torga respondeu: «Mas isso não tem interesse.»

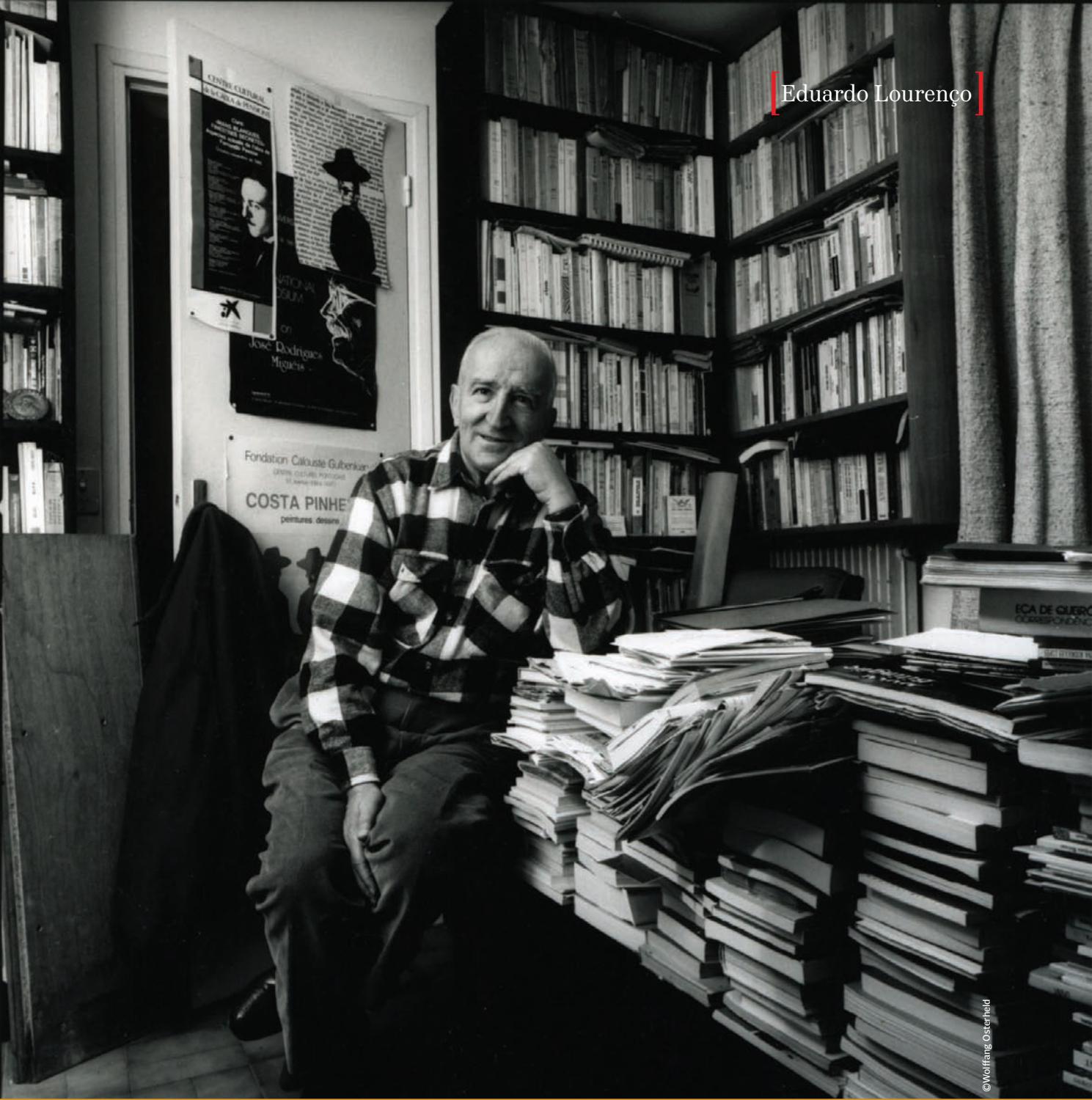
T[ristão] Marcel sabia que tinha interesse, sabia que se não havia nada sobre o que pensar, havia pelo menos a vertigem dolorosa, a tristeza absoluta de sermos obrigados a meditar sobre o «nada» do que somos e temos no domínio das ideias.

Das ideias e das coisas. Nenhuma ideia que não partisse, que não envolvesse como à força uma mão que a cada hora parece abandonar a vida, uma coisa ou um acto real. Marcel que os amigos supunham um ser abstracto pensava perpetuamente em situações reais e toda a sua linguagem está revestida duma intenção secreta que é uma alusão (às vezes impossível de descobrir) a experiência vivida e actos determinados no tempo e na vida. A origem da sua ironia é só essa que radica entre o abismo da linguagem universal em que temos de unir-nos para nos comunicar e a representação real, o acto vivido, onde as palavras nascem e para onde se dirigem. Abismo impossível de atravessar e fonte de solidão humana. Em face de Deus cada um está inerme e nu, como em face da morte. Para me justificar não poderei pedir emprestadas as palavras de significação universal ao melhor dos meus amigos. Todos os gestos são linguagem e mais ainda a intenção obscura que do fundo do ser não chegou à configuração visualiza[da] e presente da linguagem.

Transcrição de manuscrito a tinta azul, em quatro folhas brancas de um bloco «Stop, nº 561», contendo rascunhos de cartas íntimas, esquemas de lições (manuscrito a lápis) de Filosofia Moderna, Lógica, rascunho do requerimento ao IAC para obtenção de uma bolsa de estudos «a fim de se dedicar a estudos gerais de Lógica e Teoria da Ciência», diversas notas bibliográficas, exercícios de língua alemã, etc.

Este texto permaneceu inédito até ser publicado, recentemente, por Carlos Mendes de Sousa in «Eduardo Lourenço e Miguel Torga: conversa inacabada» (*Colóquio/Letras*, nº 171, Maio/Agosto 2009, págs. 189 e 190). Recorde-se que a propósito deste texto, Carlos Mendes de Sousa escreveu o seguinte: «Quanto ao fragmento não datado, apresentado neste *dossier* de inéditos, facilmente se percebe que se trata de uma entrada de *Diário* escrita antes da partida de Eduardo Lourenço para o estrangeiro. O texto dá conta de um passeio de Torga com uma personagem fictícia, o *alter ego* de Eduardo Lourenço que recebe o nome de Tristão Marcel. Toma-se como pon-

to de partida uma conversa sobre duas concepções diferentes de escrita diarística. O fragmento está pensado e construído como um mero traço decorativo, mas trata-se de um apropriado cenário que serve de apoio às reflexões apresentadas. A adequação assenta, antes de tudo, no mais reconhecível traço da torguiana mitografia conimbricense: os passeios do poeta e de outros elementos da tertúlia nas margens do Mondego.[...] A entrada é muito expressiva porque contém duas poéticas. A poética de Torga (sobre a sua literatura, mas também sobre a sua concepção de Diário). E o reverso que é a concepção da poética do *Diário* do enunciad[or]» (pág. 177).



©Wolfgang Osterheld

Os labirintos de Eduardo Lourenço

Por Carlos Câmara Leme

1. CONTEXTUALIZAÇÕES

A recepção crítica da obra de Eduardo Lourenço não foi pacífica. Quando saiu *Heterodoxia* (1949, Coimbra Editora), o ensaísta disse ao que vinha: «Recusemos o absoluto humano de Calígula, a tentação da unidade a todo o custo [...]. No plano do conhecer ou no plano do agir, na filosofia ou na política, o homem é uma realidade dividida. O respeito pela sua divisão é HETERODOXIA»

Mas na sombra, sem que ninguém alguma vez imaginasse – até hoje –, Eduardo Lourenço ou Eduardo de Faria, foi assim que ele começou a assinar os seus textos, construiu um outro

mundo à parte, criando *alter egos* como Tristão Bernardo, que escrevia prosa e poesia, de ressonâncias pessoanas, dadas agora a conhecer pelo edição nº 171 da *Colóquio/Letras* e cuja divulgação a LER neste número amplia, por entres milhares de documentos do maior pensador português vivo do século XX.

Até à sua consagração como o Montaigne português, muita água correu por debaixo da ponte. Depois da sua passagem pela Universidade de Coimbra entre 1950-1953, inicia a sua peregrinação estrangeira acabando, em 1974, por fixar-se em Vence. No refúgio dos Alpes Marítimos, ia-nos desassossegando com obras fulgurantes como *Sentido e Forma da Poesia Neo-Realista* (1968, Ulisseia), *Pessoa Revisitado*. *Leitura Estruturante do Drama em Gente* (1973, Inova.) ou *Tempo e Poesia* (Inova, 1974), e com provocações, porque houve

gente que leu a sério o título com *O Fascismo nunca Existiu* (1976, Dom Quixote), ao mesmo tempo que se desmultiplicava escrevendo sobre todos os temas e «nenhum» para jornais e revistas e saltitava de conferência para conferência, tantas vezes três por dia e sobre temas tão diferentes.

Tendo encontrado Fernando Pessoa só nos anos 40, a sua «luta» como *outsider* rema contra «a tagarelice biográfica e socióloga» da *Presença* e a «vigência do discurso do Neo-Realismo». Mantendo-se no posto de fareleiro que, à distância, via o que passava em Portugal, vem a lume *O Labirinto da Saudade* (Dom Quixote, 1978).

Chegados, agora, à 11ª edição (Gradiva, 2009, editora que tem vindo a publicar a totalidade da obra desde 2000), *O Labirinto da Saudade* tornou-se no *best-seller* português no capítulo do ensaio. A ideia? Pensar Portugal – na esteira do padre

«Os meus heterónimos são máscaras transparentes»

Sabia-se até agora que dispersamente – já à maneira de Pessoa? – tinha um diário, com excertos publicados em *Árvore – Folhas de Poesia*, *Prelo*, *Expresso*, *Jornal de Letras*, *Público*, *Diário de Notícias*, *Terras da Beira*, *Autrement Revue*, *Atlantis*, *Letras e Letras*, *25 Portugueses*, *Relâmpago*, *Télérama*, *Visão*, *Tempos de Eduardo Lourenço – Fotobiografia* ou RTP2. Eram textos de diversa índole, uns mais confessionais, outros do domínio do ensaio e outros até de carácter romanesco, de ficção pura. Ao mesmo tempo, fazia comunicações onde deixava cair algo de muito pessoal, íntimo. O que ninguém estava de todo à espera era que, nos anos 50, inventasse personagens como Tristão Bernardo, Tristão Georges ou, mesmo, Tristão Eduardo. O que é que aconteceu para que tivesse inventado estas «almas» ou, como dizer, estes sujeitos?

Não sei, na verdade fui sempre uma pessoa de tantas coisas que nunca soube muito bem o que queria. Mas devia ter-me dedicado unicamente àquilo que foram os estudos que escolhi, a Filosofia. E não ter a veleidade de me interessar por outros domínios, que são os domínios que existem para pessoas mais exigentes. As pessoas pensam que lá por Portugal ser um país de poetas é óbvio que, na adolescência, toda a gente escreveu poesia. E tenho um poema, por volta dos meus 18 anos, que dei a conhecer...

... é o «Aceitação»: «Fez-se manhã e noite / o meu amor por ti / que o teu // nunca amanheceu. / Melhor assim. / Se amanhecera / Morrera / Que tudo morre em mim / Entre o sim e o não / Da minha contradição.»

É esse mesmo! A explicação para isso é que pertenco a uma geração de jovens escritores e poetas – o Carlos de Oliveira, o João José Cochofel – e, sem falar à época que andei por Coimbra, de um mito cultural da cidade chamado Torga, que foi curiosamente das primeiras coisas que li quando cheguei a Coimbra. Naquela altura, pensava que as pessoas que escreviam livros eram alguém que já tinha morrido. [Sorrisos.] Não imaginava que aqueles sujeitos estavam ali e fui para a biblioteca ler *A Revista de Portugal*, do Vitorino Nemésio – que, para a época, era uma grande revista de carácter cultural.

Depois, descobri o Régio e outros poetas. Isto para dizer que não tinha uma grande cultura literária. A minha geração, do neo-realismo, levou-me a pensar muito sobre os problemas da crítica literária e, depois, o que a pessoa quer é atravessar o espelho, como Alice, para o reino da ficção. Mas, talvez por influência do Régio, o que mais me era acessível era o teatro – e fiquei, confesso, com a ideia de levar à frente essa coisa.

Mas voltemos ao ponto de partida: que razão o levou a investir nesse tipo de textos?

Essas tentativas inacabadas e abortadas são assinadas por uma espécie de pseudónimo muito pouco convincente. Aos meus olhos, custava-me um pouco admitir essas páginas de carácter diarístico – não à luz do *Diário*, do Torga nem muito menos do *Conta-Corrente* do Vergílio Ferreira que, mais tarde, escreverá o diário mais extraordinário que se escreveu em Portugal.

Porquê?

Porque, na verdade, todos os diários são narcísicos! E foi o Vergílio Ferreira que me levou a pensar em escrever algo mais reflexivo, do tipo do diário metafísico, como o intitulei. Mas foi tudo abortado à partida. Foi preciso o meu amigo João Nuno Morais Alçada [responsável pela selecção, transcrição, tradução e anotação do acervo de Eduardo Lourenço] trazê-los à luz do dia. Na verdade, eu já me tinha esquecido disto. A vida é tão complicada e sempre em cima da hora e da circunstância que, para mim, é uma impressão quase penosa confrontar-me com um tipo de reflexões que acho muito literatas e muito narcísicas. Muito narcísicas.

Não vem daí nenhum mal ao mundo?

Não, mas não se escapa a isso. Não tenho agora óptica para julgar essa fase do meu passado. Porém, não há dúvida que havia ali a tentação de querer passar, realmente, para o outro lado. Enquanto escrevia o meu livrinho, a *Heterodoxia* – que pertence ao género de ensaio e o meu ensaísmo, nessa altura, mais *engagé* do que foi mais

jesuíta Manuel Antunes –, mas a partir dum outro conceito, a «imagologia»: «um discurso crítico sobre as imagens» de nós próprios «quase exclusivamente centrado sobre *imagens* de origem literária» que «alcançaram uma espécie de estatuto mítico, pela voga, autoridade e erradicação que tiveram e continuam a ter».

À 6ª edição, Eduardo Lourenço, nascido em 1923, em São Pedro de Rio Seco, Guarda, resolveu acrescentar um prefácio que esta 11ª edição reproduz. Era desnecessário. Porque, na verdade, nós estamos «simbolicamente, não num sítio muito diverso do que era o nosso há vinte anos». O que é que mudou? «Como todo o Ocidente, tornarmo-nos “todo o mundo e ninguém”» (págs. 14-15).



Mas o reconhecimento ainda estava para vir: entre outros, ganhou o Prémio Europeu Charles Veillon, 1988, pelo conjunto da sua obra; foram comemorados na aldeia em que veio ao mundo os 50 anos da vida literária; na Maia, a partir da nova datação do primeiro escrito publicado em 1943, *Ti Curandeiro* (no *Diário Popular*) foram assinalados os 60 anos de vida literária com uma exposição comissariada por Maria Manuel Baptista, que percorreu o país de lés a lés, e um livro *Cartografia Imaginária de Eduardo Lourenço – dos Críticos*.

O reconhecimento? Por muito que nos custe, foi preciso chegar aos 85 anos (!) e ao Colóquio Internacional (entre 6 e 7 de Outubro de 2008, organizado pela Universidade de Aveiro e Centro

Nacional de Cultura, e acolhido pela Fundação Calouste Gulbenkian). E, não se pode esquecer também, apesar de desigual e polémica, *Os Tempos de Eduardo Lourenço – Fotobiografia* (2003, Campo das Letras), gizado por Maria Manuel Baptista e Maria Manuela Cruzeiro.

2. APROXIMAÇÕES

Da homenagem foram publicados dois volumes da *Colóquio/Letras: Eduardo Lourenço – 85 Anos* (nº 170) e o já referido *Eduardo Lourenço – Uma Ideia do Mundo* (nº 171). O primeiro é constituído por seis andamentos: «Cultura Portuguesa», «Literatura e Crítica Literária», «Filosofia e Ensaios», «Teoria Política», «Europa e História» e «Divulgar Eduardo Lourenço». Numa síntese geral, pode dizer-se, como escreveu Eduardo Prado Coelho, que o percurso de Lourenço foi

O meu Tristão é essa imagem romanesca medieval, revista pelo Jean Coucteau no famoso filme, de 1943, *L'Éternel Retour*. Do Tristão eu apropriava-me dessa figura adolescente e romântica. O Bernardo é muito engraçado porque não tinha que ver ainda nada do catolicismo medieval, que é São Bernardo.

tarde –, tudo o que ia escrevendo ia parar a uma espécie de quarto reservado onde ia deixando cair as minhas reflexões, sobre tudo e sobre nada, aquilo a que chamamos *os nossos segredos*.

Em 1988, no semanário *Expresso*, depois de fazer uma referência a um texto que fez para *O Primeiro de Janeiro* em que afrontava as teses neo-realistas, afirmou: «Pessoa foi, efectivamente, o desarrumador definitivo, naquela época, do discurso oficial português.» Em si mesmo, os dois dados (e datas) parecem não ter nada que ver um com o outro. Mas há um pequeno-grande detalhe que os une: é que o artigo contra o neo-realismo é de 1952, ou seja, do mesmo ano em que aparece o trecho «*O Livro da Alma Portuguesa, de Tristão Bernardo – Diário Metafísico* apresentado por Eduardo Lourenço». É uma grande coincidência...

Claro que, no espaço literário daquela época, nada foi mais importante para mim que a descoberta, primeiro do poeta, e depois os textos publicados pelo Jorge de Sena em meados dos anos 40. O tipo de estilo do Pessoa não tinha precedentes em Portugal.

Mas, em 1952, quando escreve sobre o seu Tristão Bernardo, ou Tristão Georges ou Tristão Eduardo já se confronta com o problema da heteronímia? O que é que são estes sujeitos, são heterónimos?

São máscaras transparentes, mais transparentes do que eu próprio sou enquanto sujeito de escrita. Seja qual seja a forma de escrita, as máscaras estão sempre coladas à cara. O Fernando Pessoa tentou dar a volta a isso.

Tristão Bernardo, ou ele por si, escreve: «A Unidade foi o seu sonho, o espelho invisível da sua experiência humana, mas o corpo-a-corpo com Ela que distingue os místicos autênticos que não nos parece ter tido lugar na sua vida.» É o contrário do seu programa filosófico e por extensão literário-metafísico: «No plano do conhecer ou no plano do agir, na filosofia ou na política, o homem é uma realidade dividida. O respeito pela sua divisão é HETERODOXIA.»

Sim, sim, sem dúvida! Mas a pulsão mais profunda da Humanidade é a Unidade. A divisão já é uma queda pura. A minha preocupação manifesta era da ordem do religioso.

Há uma contradição: se teoricamente o seu programa é a Heterodoxia – e ele é habitado por estes sujeitos –, há uma luta espiritual pela unidade cristã no pequeno mas significativo inédito «Para Tristão Eduardo».

Sem dúvida nenhuma...

Como é que alguém consegue viver entre estes dois fogos?

[*Longo silêncio.*] Para mim, e para muitas pessoas da minha geração, somos os herdeiros dessa fractura que se operou, aqui, no interior da cultura portuguesa, que para mim é a mais importante revelação cultural, espiritual e histórica: a Reforma. É uma espécie de fortaleza, porque foi a partir daqui que partiram os grandes actores do Concílio de Trento [o *concílio ecuménico, realizado em Veneza, entre 1545 e 1563, que operou a grande reforma católica e restaurou a disciplina da Igreja*]: ou seja, nós fomos a capital histórica da Companhia de Jesus. Os portugueses nunca o perceberam. Só o Marques é que o percebeu. Para desgraça nossa. É só com as consequências da Revolução Francesa e depois do triunfo da revolução liberal que começamos a poder discutir e a ter opções religiosas sem ter consequências dramáticas ou mortais. Nem Alexandre Herculano nem Garrett foram tão longe como Antero. Mas para se perceber esta onda tivemos que esperar por José Régio – a pessoa que mais viveu esta problemática, como um místico natural mas habitando ainda a dúvida: Deus e o Diabo.

Era aí que queria chegar; em «Para Tristão Eduardo» lê-se: «Um género de pessoa me afasta de Deus: os que falam a seu favor. Um género de pessoas me aproxima Dele: os que O negam. Mas a uma e outras prefiro aquelas que honram a sua falta, ou a sua ausência, com o seu silêncio.»

Está tudo aí! Eu não digo outra coisa. É um pouco aquela história de que «gostaria de viver num convento onde o superior fosse Álvaro de Campos» [do *«Diário Inédito»*, Coimbra, 8 de Setembro de 1953, publicado na *Prelo*, em 1984], como depois à *Pública*, em 2003, quando fiz 80 anos, disse que fosse só o Pessoa.

E hoje estaria num convento com todos?

[*Louguíssimo silêncio.*] Os dois é o Caeiro e o Reis. Mas onde eles estão todos é no Álvaro de Campos. Em todo o caso, o Fernando Pessoa tornou-se o escritor e inventor de uma forma de virtualidade

o de «trabalhar do lado do desejo contra todos os efeitos do poder» (*Os Universos da Crítica*, Edições 70, 1982, pág. 161). Mais do que todas, a mancha pessoana está presente em todos os painéis, sobretudo nos dedicados à «Literatura e Crítica Literária» e «Filosofia e Ensaísmo».

Duas comunicações de outros tantos queirosianos merecem especial atenção porque se a pré-heteronímia de Eça, a partir de Fradique Mendes, foi aceite é porque, segundo Ana Nascimento Piedade, Eduardo Lourenço foi mais longe em *Fernando, Rei da Nossa Bavieira* (IN-CM, 1986) ao considerar que «o moderno Pessoa é o herdeiro directo e o mais coerente da Geração de 70» (pág. 135); enquanto Carlos Reis se atreve a escrever que «Eça e Pessoa não teriam pensado Portugal e os portugueses como o fizeram e têm feito, se o seu lugar de *inteligência* da

comum pátria não tivesse beneficiado do seu posicionamento distanciado» (pág. 138). Dá que pensar: será que o estatuto de estrangeirado – Jorge de Sena, Helena Vieira da Silva, António José Saraiva, Vasco Pulido Valente, António Barreto, António Damásio ou Paula Rego – é um ferrete colado a quem ouse dar o salto para ser reconhecido entre portas?

O que é que está em causa? As relações trágicas, ou no mínimo ambíguas, que Eduardo Lourenço teve com Portugal sem nunca sair dele. Aliás, o sentimento trágico que desassossegava o ensaísta perpassa aqui e além, mas não foi completamente abordado com a não participação no colóquio de José Gil e/ou de Fernando Catroga, autores do livro *O Ensaísmo Trágico de Eduardo Lourenço* (Relógio d'Água, 1996). Ausência que deixou o ensaísta «algo perplexo»,

como confessou à LER. Em contrapartida, mostrou-se, também, «sem saber o que pensar», com a colagem do seu pensamento à designação *filosofia portuguesa* a que, por mais de uma vez, Lourenço negou alguma aproximação. E desde o início, quando na revista *Vértice* (1945-1946, com Breda Simões) rebate «os argumentos de Álvaro Ribeiro, que defendia a existência de uma filosofia portuguesa» (pág.169, *Colóquio/Letras*, nº 171).

No espaço dedicado à «Filosofia e Ensaísmo» merecem particular atenção as comunicações de João Barrento («As Pedras Brancas de Eduardo Lourenço») e a de Maria Manuel Baptista («Pela Mão de Heidegger e Lacan... Ontologia e Imaginário em Eduardo Lourenço»).

Barrento mostra como a sua «prática ensaística é a manifestação acabada daquilo a que

que está em toda a parte e não está em nenhuma. De maneira que não lhe podemos atribuir nada porque ele está sempre num outro sítio, num sítio onde ele não está. É uma espécie de vivência do absoluto, que é sempre negativo. O nosso mundo, na sua totalidade – como História, como prática, como individual –, aponta para um Nada na sua essência, que permite todas as fantasias.

E onde coloca o Bernardo Soares?

É um semi-heterónimo, mas sem dúvida é, agora, de quem me aproximo mais!

Gostava de trabalhar, como assistente de guarda-livros como ele ou, simplesmente, passear com ele pela Rua dos Douradores?

Passear com eles todos nessa rua de todas as ruas.

Não deixa de ser uma coincidência feliz. É da conjugação de todos aqueles manuscritos do Bernardo Soares e dos seus que mais se identifica com ele, é assim?

Sem dúvida nenhuma. A grande obra, hoje, a nível mundial é o *Livro do Desassossego*.

Vejamos as coisas assim: o diário pode ser visto como uma espécie de alter ego. Em contrapartida, há uma pulsão heteronímica bastante forte.

Não é por acaso que Tristão Bernardo não se voltava primeiramente «ao espectáculo do mundo» como Fernando Pessoa!

Vejo uma diferença: o texto, a heteronímia, é um texto diferente. A heteronímia é uma cisura superior de um sujeito para pôr-se na pele de um outro. No meu caso, não: é só ver no que dá. Não era isso que queria fazer.

Então o que é que queria fazer?

Eram uns textos que eu não queria assumir para os amigos, a família. Era uma atitude muito romântica.

Muito forte.

Seria, se eu tivesse levado isso à frente! Isto é uma coisa daquela época, o tal «Diário», que às vezes circula por aí, são reflexões a propósito dos diversos *faits-divers*, pessoais ou transpessoais, mas também onde há muitas coisas que dizem respeito à minha vida privada.

Imagine-se agora com uma folha em branco diante de si. Qual foi o acontecimento que levou a inventar este mundo?

Não sei. [*Silêncio.*] Talvez a influência da literatura estrangeira que lia muito já naquela altura e que me levou a fazer algo de diferente

do *Diário* do Torga. Uma espécie de ciúme ou de admiração perante um autor que já era conhecido.

O que é que separa Tristão Bernardo do Tristão Georges?

Cabe dentro da minha própria oscilação. O Tristão vem da antiga história medieval, romanesca, uma ideia de amor que, no século XIX, Wagner transformará numa das suas obras mais sublimes – *Tristão e Isolda*. Mas o meu Tristão é essa imagem romanesca medieval, revista pelo Jean Coucteau no famoso filme, de 1943, *L'Éternel Retour*. Do Tristão eu apropriava-me dessa figura adolescente e romântica. O Bernardo é muito engraçado porque não tinha que ver ainda nada do catolicismo medieval, que é São Bernardo.

Sobre o Tristão Bernardo, no meio do inédito, sentenciava-lhe – outra vez um pouco à maneira pessoana – uma data de nascimento...

... é a minha data de nascimento...

... isso sabe-se. Mas «morre, a 13 de Agosto de 1951, de peste, segundo notícias dignas de crédito, em Aden, a caminho da Índia»...

... é Rimbaud, ele é que morreu em Aden!

Aqui estamos perante uma quase ficção pura!

É uma ficção pura. Eu vendia esse peixe mas não tinha coragem de o pôr à venda. [*Risos.*] Mas também não valia a pena!

Porquê?

Não sei...

Mas há uns dias, quando falámos de ensaísmo e poesia, dizia que um poeta é a coisa mais dura, é uma «espécie à parte». E dava dois exemplos: Rimbaud e o Camilo Pessanha, de *Clepsidra*. Qual não é o nosso espanto quando damos de caras, no «Tristão ou O Livro da Alma», com um poema, dos oito publicados ineditamente, intitulado «Ulisses»:

*«A toda a hora partimos do nosso amor
como Ulisses errando longos anos
o mais largo oceano dos amores pintados,
a Penélope deixando a branca espuma,
da teia seremos os longos fios do desejo.
Mas Penélope a si mesma fiel navega,
Como Ulisses em seus sonhos outros Ulisses
A quem é fiel o dia inteiro.
Aí somos traídos achados e perdidos
Como em Calíope a si mesma fiel
A Ulisses infiel amante e verdadeira.*

Musil chamou “a utopia do ensaísmo”, resumida nesta tese: em vez de uma verdade, o ensaio oferece três boas possibilidades» (pág. 186). Secando (quase) tudo à sua volta, as pedras brancas de Lourenço passaram a ser, para João Barrento, «sempre fonte de uma clarividência a que o “ensaísmo” nacional, inexistente ou impressionista», pode não ter chegado. Por isso, foi convivendo com os ensaios do autor de *Heterodoxia* – para quando a sua reedição? – à luz do que José Gil, com felicidade, notou: «Nunca um ensaísta, para escrever sobre o não sentido e o Nada, deu a ver com tanta diversidade e profusão o sentido de tudo» (pág. 186).

Manuela Baptista salientou, por seu turno, que parece entrever-se na obra de Eduardo Lourenço



algo de mais fundo: «um imaginário que, longe de constituir o domínio do puro caótico [...] cria incessantemente a sua própria “regra” e os seus próprios “métodos” e que, portanto, exige um modo de abordagem, uma outra “racionalidade” de natureza também ela “imaginária”» (pág. 224).

Sem menosprezar outras aproximações, para um exilado convicto,

o colóquio não podia deixar de passar ao lado das relações entre a «Europa e História» – um filão que perpassa por toda a obra de Eduardo Lourenço, o que, assinala José Eduardo Franco, «faz dele um dos maiores, senão o maior autor de cultura portuguesa» (pág. 308).

Fazendo uma rápida cartografia do colóquio, fica-se com a ideia de que se podiam abrir ou-

tras mundividências não se colando tanto os conferencistas aos textos/temas do ensaísta. O que, de novo, dá que pensar... Ou ainda não estamos em condições de encontrar mais entradas & saídas dos labirintos criados por Eduardo Lourenço para o compreender? Mais – e mais grave: será que a heterodoxia está a cristalizar-se numa ortodoxia?

3. ESPELHOS

A *Eduardo Lourenço – 85 Anos* junta-se *Eduardo Lourenço – Uma Ideia do Mundo (Colóquio/Letras nº 171)*, organizado por João Nuno Morais Alçada, numa primeira abertura ao projecto «Inventário e Catalogação do Acervo de Eduardo Lourenço», da responsabilidade do Centro Nacional de Cultura, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian.

*Reais são os sonhos que a vida sonho é,
Sonha Penélope um Ulisses partido
E sonhando o faz de dia se desfaz de noite,
mas a noite e o dia é que são o dia.»*

Aqui já não estamos perante um poema de um jovem 18 anos como «Aceitação». Afinal em que é que ficamos?

Foi uma fase, foi uma fase que correspondia a uma história de amor...

E pode saber-se?

Com uma rapariga que era minha aluna, uma coisa do mais clássico dos clássicos do amor. Chamava-se Maria Natália Calvão, a quem eu dedico a *Heterodoxia* – está lá escrito. [*Quando reúne em 1987, na Assírio & Alvim, Heterodoxia I e II já a dedicatória à sua ex-aluna desaparece. É «Em memória do Cap. Abílio de Faria e Maria de Jesus Lourenço, meus pais (e) A meus irmãos.»*]

Os textos de Tristão Bernardo, do Tristão Georges ou do Tristão Pessoa poderiam ter sido escritos por alguém próximo da loucura, sem saber o que fazer?

Não, não sou desse tipo. Só na literatura, através de textos, e sobretudo através de um sujeito chamado Fernando Pessoa. A loucura era um atestado de genialidade mas, efectivamente, na vida não sei – seja ela positiva ou negativa. Mas é qualquer coisa que afecta uma pessoa durante toda a vida.

Entre os inéditos, agora dados a conhecer, há um assinado por si, de 1950, com uma habitual epígrafe: «Não te voltas a todo o vento / E não andes por todos os caminhos», do Eclesiastes, V-VII –, «Klim O Catavento». Quem era o Klim?

Não, o meu pai é que me chamava *catavento*.

De onde é que vinha essa alcunha?

Vamos por partes. Acontece que o meu pai foi para África. E mesmo quando estava cá tínhamos uma intimidade muito intermitente, ao contrário daquela que tinha com a minha mãe. O meu pai já carregava uma grande dose de silêncio. Quando ele foi para África, e trocávamos correspondência, quando cheguei ao 7º ano [*antigo Curso Geral dos Liceus*] quis saber o que é que queria fazer. Ele queria que eu fosse médico e a minha carta ainda não tinha chegado lá, onde lhe dizia que não estava talhado para aquela vocação. [*Risos.*] O que acontece é que é que interiorizei isso, na brincadeira, o de ser *catavento*.

Catavento não resume o seu próprio percurso?

Quando uma pessoa desafiou e cria essa paixão duradoura – a mais duradoura de todas para mim é Fernando Pessoa –, quando alguém entra naquele labirinto, nunca sai dele e fica-se como um *catavento*.

Mas também criou o seu labirinto?

No ensaio, no ensaio. Há gente que pensa que há pessoas que, excepcionalmente, sabem o que querem. O Pessoa não sei se chegou a algo que tenha, por dentro de si próprio, de positivo na vida. A tragédia humana não é o sujeito não saber qual é a sua vocação para aquilo que tem destinado. Acontece que eu quis sempre andar pelos dois passeios da vida e, às vezes, em sentido contrário. É de um tipo que não regula bem da cabeça [*risos*], e que desestabiliza os outros com quem vive...

Sofre com isso?

Se não tivesse o mínimo de auto-ironia podia sofrer mais. Assim, criei uma máscara.

No texto «Klim O Catavento» escreve: «E só então começou a tornar-se claro para mim como era difícil ser Klim, ser apenas Klim. Mesmo os discípulos, os mais ínfimos discípulos como eu, tinham vários nomes...» Quem eram esses nomes?

Não sei, isso era uma fantasia. Então esse texto tinha-o completamente esquecido.

Agora que o acervo está a ser estudado, há mais algum *alter ego*, pseudónimo, heterónimo?

Não, o problema é sempre o mesmo, o Tristão e, mesmo assim, ainda fazia umas variações...

E quando ele salta para o outro lado do espelho, que é a poesia, lembra-se do que sentiu?

Na verdade, quando escrevi alguns desses poemas já o fiz com algumas convicções, embora as convicções sejam um pouco duradouras. Mas repare: eu que escrevi tanto sobre poetas e poesia, a poesia daquela época já estava numa tónica dominada por Cesarinys e companhias. Apesar de os admirar, não faz parte do meu universo.

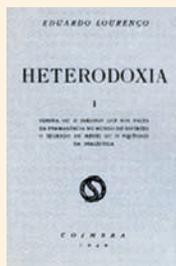
Quais são os problemas que tem com o surrealismo? Passa por ser também um jogo heterónimo.

Paradoxalmente, é uma espécie de poética que obriga à genialidade. Senão parece um jogo, um lado arbitrário que só se salva pela consciência dessa mesma ironia.

Uma Ideia do Mundo abre com uma entrevista de Maria João Seixas, de tom confessional, prolongando-se num conjunto numeroso de dispersos e inéditos diarísticos. Da entrevista, a reter uma afirmação que, ao longo da sua existência, o guiou: «Somos espelhos uns dos outros. Eles têm uma imagem de mim, eu tenho deles» (pág. 14). Só o segundo núcleo de 46 páginas, de forte carga religiosa, intitulado «A Casa Perdida», dava para escrever uma tese de doutoramento: «O meu sonho mais profundo», escreve numa Páscoa não datada, «é a paz, e a paz, eu sei, é a tentação das ortodoxias. Simplesmente, não nasci para elas» (pág. 34).

À parte um infindável número de labirintos habitados pela revista, há duas «manchas» que merecem destaque: as relações entre Eduardo Lourenço e Miguel Torga e a «miragem brasileira».

A primeira é referida por Carlos Mendes de Sousa: Torga já era «o autor a quem letrados emergentes pediam salvo-conduto para entrar num qualquer panteão no reino das letras» (pág. 167) e, quando se encontram, em 1947, Eduardo Lourenço era um jovem assistente de Filosofia de Joaquim de Carvalho. Muito embora, em 1955, Lourenço publique *O Desespero Humanista na Obra de Miguel Torga* (1955, Coimbra Editora), a verdade é que quando se dá a invasão da Hungria pelas tropas soviéticas em 1956 (e não em 1959, como aparece na nota da pág. 197), o verniz estala. Lourenço está em Montpellier e escreve a Torga. A brutalidade das tropas da ex-URSS esmaga qualquer esboço de resistência à ocupa-



ção soviética. Lourenço faz uma proposta a Torga: uma reacção pública, através de um manifesto, à invasão de Budapeste. Torga responde-lhe: «De acordo quanto à brutalidade da repressão, divergimos quanto aos termos de a condenar» (pág. 180). Lourenço não se fica e vai mais longe sobre o silêncio da intelectualidade portuguesa: «[...] De há muito aprendi que diante

de certas orelhas, a Rússia soviética é o filho pródigo para quem em segredo se reserva o boi mais gordo» (pág. 193).

Enquanto discutem se devia ser a Sociedade Portuguesa de Escritores a tomar posição, Lourenço clama que «não poderia pensar como intercessora uma companhia que tem António

Há gente que pensa que há pessoas que, excepcionalmente, sabem o que querem. Acontece que eu quis sempre andar pelos dois passeios da vida e, às vezes, em sentido contrário. É de um tipo que não regula bem da cabeça, e que desestabiliza os outros com quem vive...

Quando pensa publicar a totalidade do seu diário a que já deu o nome de *A Casa Perdida*?

Não sei se o poderei fazer. Era uma pasta grossa [*abre bem as mãos*], mas nunca mais lhe pus a vista em cima. Já dei voltas a tudo, pus a casa de pantanas e nada.

Por que razão optou pelo esse título?

A Casa Perdida? [Pausa.] *A Casa Perdida* nunca foi pensada de uma maneira muito determinada. É uma espécie de alguém que nunca teve casa. Ou que a teve e que a perdeu. A primeira foi a casa da infância. A segunda casa é a casa Portugal. E, em última análise a Casa Perdida é a Casa de Deus. São três casas: se há Casa Perdida é essa. E a casa de Vence vendi-a. Agora, é que não tenho mesmo nenhuma casa! [*Sorrisos*.]

Os seus *alter egos*-heterónimos, que habitam uma dessas casas perdidas, são católicos, agnósticos, ateus.

Não, quem esteve e viveu a infância na minha aldeia [*São Pedro de Rio Seco*]; não é só uma vivência pessoal, é a essência do mundo. E não estou só a falar da minha aldeia, Portugal também era assim. Quando se teve esse tipo de infância, é uma negação, é algo que não se pode dizer, é insuportável de se dizer. A inscrição religiosa do Homem é ontológica. Não se sai disso, não se sai disso. Agora, uma coisa é ter a fé viva...

E isso o professor não tem...

... é evidente, isso não tenho. Tenho, porventura, algo de mais sensível: a vivência absoluta do que significa de perda e de estar perto do abismo de não a ter...

Qual destes Tristões sente mais com isso?

Acho que é o Bernardo.

Houve algum momento, posterior aos anos 50, em que tivesse arriscado outros heterónimos?

Não, eu tinha o Pessoa com a consciência aguda de que os meus podiam ser *compagnons de route* mas não ao seu nível. Aí está! [*Gargalhada*.] Se a palavra de Deus tem algum sentido não se pode gastar, como dizia o meu amigo Vergílio Ferreira. É algo que, para mim, é do domínio do absurdo.

Do acervo há muitas cartas que não vão ser publicadas antes de morrer...

... de certeza!

Por exemplo, ao longo desses 85 anos, há mais algum caso de amor que se esconda através de uma máscara como Ulisses?

[*Silêncio prolongado*.] Em geral, só platónicos. [*Risos*.]

E do foro político. É certo que escreveu cartas aos presidentes do Conselho de Ministros, primeiro a Salazar, mais tarde a Marcello Caetano.

Ao Salazar acho que nunca. Ao Caetano, acho que sim. Mas uma só. **Se por inspiração ou por obrigação tivesse que criar outro *alter ego* ou outro heterónimo que nome é que teria e que temas tratava?**

[*Longuíssimo silêncio*.] Eu só tenho uma temática, a temática digamos propriamente metafísica ou ontológica...

A do ensaísmo...

A do ensaísmo do Tempo.

E que nome lhe daria?

Anónimo, anónimo. ■

Parte do espólio inédito de Eduardo Lourenço numa sala da Gulbenkian



Quadros [*impulsionador da «geração do '57'», sob a égide de Álvaro Ribeiro*] como Secretário – Torga não se fica atrás: após lembrar-lhe que vive num país livre, ao contrário de Portugal, «uma terra escravizada», remata: «Eu tenho em casa a mulher demitida [*Andrée Cabrée Rocha*] numa vida universitária que conquistou legitimamente, fui preso, apreendem-me os livros e sou, na minha própria terra, um marginal, sempre à espera de mais uma violência; o senhor» – Torga aqui não está de modas! – «felizmente ainda não senti na própria carne as agressões paternas do nosso fascismo» (pág. 197). É verdade! A não ser a do exílio... Mas quem é quem para fazer juízos de valor sobre as atitudes dos autores de *Bichos* e de *Heterodoxia*?

A «miragem brasileira» faz-se de correspondência entre Adolfo Casais Monteiro e Agosti-

nho da Silva e dum acontecimento: em 1958, deu aulas na Universidade da Bahia; em 1996, recebe o Prémio Camões, como Antonio Cândido, em 1998 (embora o maior ensaísta brasileiro tenha sido confundido com um político de vulto do... século XIX) e, em 1999, José Saramago apresenta, na Universidade de São Paulo, no maior auditório da instituição académica, a rebentar pelas costuras («nunca autografei tantos livros como desta vez», ironizou, então, ao *Público*), com a chancela da Companhia das Letras, *Mitologia da Saudade, seguido de Portugal como Destino*.

Além de uma carta de Adolfo Casais Monteiro, de um texto datado de 2000, «Pequena Diáspora Lusitana», o *must* do espaço dedicado ao Brasil é a entrevista que Eduardo Lourenço deu no mesmo ano a Rui Moreira da Silva e em

que participa também a sua mulher, Annie, onde é feito o roteiro desde a sua passagem pela Bahia até então, porque depois disso a Companhia das Letras só editou mais um livro, *A Nau de Ícaro, seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. A ler! Até para, quanto mais não seja, perceber por que razão o grande humorista Millôr Fernandes acaba de dar uma entrevista ao *Globo* onde declara, a sério, «que o Acordo Ortográfico é uma merda». As voltas que o mundo dá: é assim que Eduardo Lourenço termina um passo do diário de Março de 1953: «Solitários esses que têm cinco, dez volumes para escarrar na face do Público a sua solidão de não solitária, a sua divina solidão. MERDA!»

A merda, apesar de tudo, é que Eduardo Lourenço continue consciente da sua eterna solidão... ■

LOURENÇO ORTÓNIMO



A biografia representa uma das formas mais puras, e hipócritas, da traição à existência. A sua única desculpa consiste no facto de não poder ser aquilo que se propõe e finalmente de não ter uma existência senão verbal.

É uma espécie de palavreado sistemático no vazio, se por hipótese nos propuséssemos confrontá-la com aquilo que ela visa. Uma lengalenga tão absurda como a tradução verbal dum estudo de Strawinsky, uma tentativa de eterno retorno, intolerável precisamente pela hipótese insensata donde procede: repetição do único, repetição do instante, procura do irremediavelmente sepultado e ressuscitado nessa sua mesma morte.

Na sua forma pretensiosa de explicação duma existência, a biografia é um achado moderno, um produto subtil da necessidade totalmente moderna de tornar o universo transparente. A primeira vítima é...

Transcrição de manuscrito inacabado, a tinta azul, com o título «Contra toda a espécie de biografia», numa folha de papel cinzento, datável dos inícios da década de 50.

Manuscrito inacabado, a tinta azul, numa folha de papel cinzento com as margens danificadas, datável dos inícios da década de 50.



Literatura e Escândalo Literário

O escândalo literário compensa. Esta constante é hoje mais evidente ainda do que no tempo de Baudelaire. Em 1857 era o poeta quem entronizava em formas sumptuosas o tédio de um mundo que não desejava olhar-se ao espelho. Em 1960 é o tédio prodigioso do mundo que reclama em permanência os Baudelaire disponíveis para se distrair. A distração tomou o lugar da vida que não há. E nada distrai melhor que um bom, que um enorme, um constante escândalo.

De forma superior de actividade humana, limitada pela tiragem e pelo «tempo» de leitura a uma camada de «entendidos», a Literatura transformou-se em objecto de consumo comum. As leis que a regem são pois as mesmas da mercadoria e da mais comum mercadoria. Uma concorrência infernal rege este mercado como todos os outros. Por isso ele se organizou, e admiravelmente, como convém ao mercado de uma «coisa inteligente». A obra chega aos leitores, sobretudo nos países «supradesenvolvidos» já perfeitamente deglutida, catalogada, afectada de todos os índices necessários para tocar o público bem conhecido ao qual se destina. Só o Diabo passa através destas malhas infinitamente mais subtis que os censores de outrora. Ou antes, só Deus mesmo atravessa a rede das Centrais Literárias especializadas na permanente busca do Diabo capaz de interessar ainda um público excedido de tudo e de si mesmo.

A Civilização Reflectida que é a nossa, tinha fatalmente de se refugiar nas delícias mornas do escândalo para se sentir ainda mais existir. Tudo é escandaloso, mesmo a aversão sentida e carnal pelo escândalo. Não há refúgio senão entre as crianças, os anjos e a selva. Recusar um prémio literário é mais suspeito que aceitá-lo pois é o mais «rendoso». Fugir ao «sucesso» é solicitar o «sucesso»; o «mistério» é o mais vendável dos subprodutos contemporâneos. Julien Gracq, Schwartz-Bart, Greta Garbo ou Heidegger não podem impedir que uma sociedade à procura do «saco» os converta em objecto de «escândalo». Aqui se fecha o círculo e amanhece a única esperança possível, a de que a necessidade de «escândalo» se esgote e se volte contra si mesma, realizando por tão misterioso caminho o exorcismo do vício supremo da nossa situação espiritual. A vigência do escândalo, o seu consumo obrigatório e diário, são assim tão típicos do nosso mundo? Não representa o escândalo o eterno triunfo do «mundo» em sua forma original? A questão mereceu de Cristo uma das suas palavras mais misteriosas e terríveis: «O escândalo é necessário, mas ai dos escandalosos!»

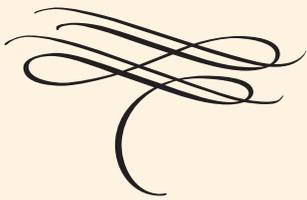
A sociologia do escândalo especificamente *moderno*, porém, comporta para além desse vector eterno, um segundo vector que a situação do escândalo não compreendia, pelo menos, com tal potência, «naquele tempo». O escândalo, objecto da palavra evangélica, afectava os homens, por assim dizer, *inocentemente*. Ou talvez com mais propriedade, vinha ao seu encontro *ingenuamente*, mesmo o supremo escândalo da morte do Filho do Homem. É o Tempo em que os «homens não sabem o que fazem». Mas tal não é o nosso tempo ou tal não se deseja e, por isso, o escândalo adquiriu nele uma como que segunda dimensão. É ela quem o torna inextinguível. O escândalo moderno (o literário é somente a sua forma mais ignóbil) já não tem por ele a naturalidade, já não significa com pureza a simples irrupção no horizonte dos homens das mil formas da sedução tenebrosa do Mal. Tornou-se inexcusável pela premeditação, pelo cálculo, pela

prodigiosa ciência posta ao seu serviço. A bem dizer, entrou na fase da «automação». Uma sociedade trabalhada a fundo nos seus instintos de baixaza oferece, só pela sua simples presença, a espécie de motor contínuo do escândalo que até aqui nos faltava. O único escândalo positivo é não causar escândalo.

À primeira vista a Literatura parecia destinada a uma vocação oposta a todas as formas de convivência com o escândalo. Mas, reparando melhor, estava na lógica das coisas, que fosse ela o lugar privilegiado do escândalo puro, do escândalo que não contente de existir se perpetua através da contemplação *única* que o seu tratamento literário representa. A «existência oficial» da Literatura (figurada modernamente pelos manuais literários e as antologias) é a tentativa, mais ou menos coroada de êxito, de nos dar uma imagem *asséptica, inocente*, da realidade literária. A Literatura figura aí como um eterno S. Jorge calcando o Dragão. A imagem não é de todo inexacta. É de uma luta semelhante que a Literatura testemunha, mas não tem esse recorte tranquilamente maniqueísta, bom para o consumo quotidiano de uma sociedade perfeita. O Dragão está no coração de S. Jorge, S. Jorge luta com o que tenebrosamente lhe reclama a armadura e o olhar celeste. Mesmo (e sobretudo) na Literatura onde uma original vocação ética prima sob todos os valores formais, como é a hispânica, o conúbio, o enfrentamento com a permanente presença do escândalo, constitui a substância mesma da *obra literária*. Daí até tomar como *sujeito* o que é *objecto* do combate literário não vai sequer um passo. Todos os moralistas o souberam e quase todos votaram a essa estranha fascinação do Mal que a existência literária significa, a mais tenaz desconfiança. Procedendo assim revelaram igualmente uma equívoca potência ética. A maioria velou simplesmente a face através desse absoluto repúdio da Literatura. Mas a sua desconfiança não é sem fundamento. Eles e eles só, com uma profundidade bem outra que a dos vulgares escravos da Literatura em que se converteram os críticos modernos, *tomaram a sério* a singular, terrível e estranha actividade que é a Literatura.

As relações entre Literatura e escândalo não são hoje as mesmas que suscitaram e suscitam (tão pouco) a desconfiança ou a condenação ética dos Sólon, Platão, Santo Agostinho, Malebranche ou Tolstoi. Nós estamos em pleno reino da má consciência literária e plenos de angústia perante um género de actividade humana que outrora nos pareceu a honra suprema do nosso espírito. Nós estamos enegrecendo do interior a nossa própria luz. Os criadores vão às apalpadelas pelos labirintos que seu próprio gesto desenha sobre a alma humana. O escândalo verdadeiro é o desse mesmo gesto. É para o velar que o *escândalo literário moderno* se tornou proliferante. Outrora a literatura era consciência da situação normalmente doente da humanidade. Hoje é nela mesma que proliferam as raízes daquele Mal que ela vencia ao reflecti-lo.

O escândalo tornou-se enfim *sujeito*, em exacta correspondência com um homem incapaz de se tocar por ter perdido a visão de um qualquer Bem que o solidificava. Já não há moralistas para fornecer à Literatura a muralha do Sério contra a qual vitoriosamente existia. Na ausência de um Bem que eles significavam, mesmo provisoriamente, só o recurso a formas de escândalo cada vez mais violentas



pode substituir a indiferença anímica gerada com fatal necessidade pela fuga desse Bem. É isso o que o escândalo literário significa e, por isso, é ele especificamente *moderno*. Não é paradoxo nenhum afirmar que o escândalo literário é o produto típico de um mundo onde a *Literatura não é tomada a sério*. Baudelaire não se enganou desejando ou aceitando como excelente o processo literário que lhe foi feito. Poeta e sociedade nos meados do século XIX estão já em «representação». Nada mais infantil do que a tradicional lamúria sobre o «génio incompreendido» e a «perseguição social» que lhes é feita. A incompreensão é mútua e a perseguição equívoca: carrasco e vítima começam a viver um do outro por falta própria e por uma outra de que ambos são já vítimas sem saber. A sociedade e o Poeta já não pertencem ao mesmo universo senão negativamente mas a seu modo cada um vive a nostalgia da harmonia perdida e, por isso, se defrontam para a rea-

lizar. Ao silêncio o Poeta prefere esse reconhecimento de existência incarnado no «escândalo». Bastou um século para transformar o sentido desse escândalo. À medida que a Literatura existia menos, aumentava a necessidade vital desse mútuo reconhecimento que só o escândalo traduz. Por fim essa porta ocasional converteu-se na grande porta. Quando não vem ao encontro marcado, o escândalo é solicitado, tramado, ardentemente construído. Disso se encarregam editores, autores, críticos e público com uma arte que desafia a imaginação pelo simples motivo de se ter tornado natural. Ora a Natureza é invisível. Só isto autoriza a esperança de uma inocuidade final da prática universal do escândalo. Mas é de temer que a Literatura acompanhe o destino do antigo monstro que ela purificava e agora reina em seu nome, dispensando mais génio do que ela para iluminar, cada vez com maior dificuldade a sua fascinante agonia.

Transcrição de manuscrito a tinta preta em 10 folhas de papel branco amarelecido não numeradas, assinado e datável dos inícios da década de 60.

Luminosa tristeza

«Para onde quer que me volte só dou comigo mesma.
Mas como vi bastante acabo de reparar que nada mais tinha a dizer-me. Nada mais.»

Tanta Gente Mariana

Conheci pouca gente a quem se aplicasse tão bem o que Mãeterlinck diz de Melisanda: «Era um ser misterioso como toda a gente.» Só que no caso de Maria Judite de Carvalho – pois é a ela que, naturalmente, me refiro – esse mistério não nos devolveia como de Melisanda para paragens nebulosas, à maneira simbolista, só habitáveis em sonho. O seu mistério vestia-o como uma luva. Não sobrava nada destinado a perturbar-nos ou a nos seduzir. O mistério era ela, coabitava naturalmente com ela e nada o exprimia melhor que o seu silêncio. Um silêncio que se palpava, que irradiava dela como uma aura.

O vaso sagrado que o continha, partiu-se. O seu perfume perdura, dissolvido com uma discrição infinita na sua Obra que é uma sonata de intensa melancolia que em cada momento – em cada página – nos devolve para esse silêncio que se confundia com ela e era, da sua natureza, inviolável e, ao mesmo tempo, indefinidamente modulável. Maria Judite de Carvalho foi, por excelência, a escritora que integrou o silêncio – o seu e o dos outros onde percebeu uma ausência igual às dela – na trama, do duplo fio, da sua prosa. Um dos seus livros mais originais leva o título de *Palavras Poupadas*. Quer dizer, palavras reservadas ao essencial, melhor à luz ou a chuva dos dias, o que é pouco. Saint-Éxupéry diz no *Petit Prince* que o essencial é invisível aos olhos. Para Maria Judite de Carvalho é inacessível às palavras que não são *poupadas*, as que não vivem da consciência da sua congénita incapacidade de dizer a vida e o mundo senão desconfiando do excesso com que o dizem. Maria Judite de Carvalho inaugurou entre nós uma poética da incomunicabilidade e deu-lhe um corpo ficcional paradoxalmente acessível, familiar, fazendo da *subconversa* que as palavras recobrem, ocultando assim o que em nós *fala e nos fala*: uma arte incomparável. Não dizer, ou dizer pouco, revela sob o que se diz o infinito pessoal – a imagem é dela – do que se cala por de antemão ter apercebido, em si mesma, como experiência crucial, a falha, o cansaço ontológico da linguagem que devia instalar-nos no coração da vida e no-lo rouba, tal foi a intenção que condiciona a aventura como

antiepopéia que é a da escrita e da visão do mundo de Maria Judite. Ninguém como ela transportou para o nosso imaginário desta segunda metade do século aquele cansaço pessoano do Bernardo Soares e do seu universo cinzento do patrão Vasques e seus empregados sub-kafkianos da rua dos Ouvidores que para ela foi o da Lisboa inteira. Ela, a «pessoa» de poucas falas, deu voz a um silêncio que sendo o seu era – foi – também o de uma sociedade que noite e dia se *falava ao telefone* – personagem central da ficção de Maria Judite para derramar nela o seu vazio sem fundo, a sua existência suspensa entre a superficialidade mais banal e o sonho inesquecível de um «algures» que não ficava nunca entre portas.

Conta-se que Bielinski, um grande crítico russo do passado século, ao descobrir o primeiro livro de Dostoiweski, *Pobre Gente*, teria dito: «Como é triste a nossa Rússia!» Lendo então, lendo sobretudo hoje, os contos, as novelas-romances de Maria Judite de Carvalho, não nos podemos furtar a um sentimento análogo em relação a ela: «Como era triste o Portugal oficial, o ontologicamente alegre que ela radiografou como ninguém.» Tanto mais que o fez discretamente, fora de ambições transcendentais de ordem religiosa, metafísicas ou ideológicas com que outros autores consideráveis pintaram aquele tempo filho do que a *Presença* inaugurara, tempo da metamorfose da aldeia em vila e da vila em pequena cidade com a ascensão ainda lenta da pequena e média burguesia, esta média burguesia com vontade de ser alta de que Maria Judite de Carvalho auscultará as mais secretas, oníricas, batidas do coração. Esse mundo às vezes luminoso por fora, é nas suas páginas de um *cinzento puro* que nenhuma estridência, nenhum derrame de música esfuizante e histrionismo verbal resgatou, é uma ópera discreta em relação ao de hoje. A ficção dominante de então, à sua maneira, não podia nem queria ocultar essa *vida cinzenta* mas evoca-a, por contraste, com um horizonte futuro onde essa sufocação do presente se dissiparia. A escrita de Maria Judite de Carvalho era mais atenta e mais profunda. Não que não desejasse o fim do que outros evocavam «ideologicamente» como opressão

ou noite, mas a sua exigência era de outra ordem e não se confinou às aparências. Das aparências, de todas as aparências, no seu registo calmo, intrinsecamente distanciado e até irónico, sem complacência mas como uma espécie de indulgência dolorosa de quem abriu os olhos para a vida e os fechou para não cegar, fez Maria Judite um retrato que mantém intactas a sua verdade e o seu fascínio. Que não é o das grandes sinfonias ou das fugas barrocas, mas de música de câmara da alma, da que só ouvimos oferecendo-nos desarmados ao seu canto de intensa melancolia. Maria Judite nunca avançou para o palco para se mostrar na sua luz ofuscante. Mas ficou, está, como raros dos nossos autores, nas linhas e entrelinhas com que evocando dezenas de destinos, que contrariamente ao seu não suportavam a solidão, e de que ela é a pura musa das nossas letras a par e de outra maneira que Irene Lisboa. Assim se evocava ou, a si mesmo, se conferia a existência ideal que é a sua, a de novelista da tristeza e da frustração sublimadas e redimidadas no corpo escrito que lhes ofereceu para não sucumbir viva, no seu fascínio letal, jogando-se a sério nelas e com elas, mas separando-se de si pelo gesto suave de antemão cansado por não ter ilusões a respeito do «fim de todas as coisas».

E como ela diz isso melhor do que quem a glosa, mais simples é evocar literalmente a sua poética copiando-a: «Foi um dia de Primavera que começou e acabou como todos os outros, pelo menos aparentemente, diria ela, ou melhor, era natural que o pensasse; nunca foi pessoa de muitas falas. Dizia o necessário, mas reduzido ao mínimo indispensável, ou então um necessário que depressa se cansava, se detinha a meio caminho, como se ela se desse subitamente conta de que não valia a pena prosseguir, porque isso era um esforço inútil. Ficava então quieta, sem gestos, hesitante à beira das reticências como alguém à beira de água de Inverno, e nesses momentos o seu olhar perdia todo o brilho, era como se um mata-borrão o houvesse absorvido, talvez ainda seja assim, não sei, nunca mais a vi.»

Isto é o que Maria Judite de Carvalho escreve no início de *Armários Vazios* uma das suas mais belas novelas, a propósito de uma dessas vidas com que a vida joga às escondidas consigo mesma, sem mais propósito que o da folha que se desprenderá, na hora justa, da árvore que não escolheu para vir à luz. Vidas que nascem da cinza lembradas do fogo aonde não voltarão, luminosamente cinzentas no seu coração mas certas com a ordem do mundo e sobretudo [com] o coração alheio.

Transcrição de manuscrito feita a partir de fotocópia do mesmo, com rasuras e correções, não assinado e não datado, embora se possa atribuir uma data – 1999, ano posterior à morte de Maria Judite de Carvalho – por no canto superior esquerdo da primeira página, junto à citação, Eduardo Lourenço ter feito uma conta de diminuir entre «1999 e 1953 = 46», ano em que conheceu Maria Judite de Carvalho em França.

Pimeira página do manuscrito inacabado de *Klim O Catavento*, 1950

Klim era Klim. Copiava eu o mi lêimo quarto
recibo dos simpatizantes da Ordem que meu
pai servia, quando o seu nome precioso caiu
sob os meus olhos. Um único nome entre
tantos nomes. Uma estranha perturbação me
anunciou que encontrara o mestre da minha
vida, aquele que não precisava senão dum
único nome. Nessa mesma noite dormi nos
degraus da casa de Klim, onde havia outros
discípulos e no dia seguinte parti com ele
através do pai de Pantan.
E só então se começou a tornar claro para



Porque é difícil falar de Klim

Esta é a história de Klim, filho de Klem, filho de Klam, começada pelo único dos seus discípulos fiéis, António, filho de Maria e de Afonso, cobrador de recibos da Ordem Terceira de São Francisco. Nela se contam para edificação dos habitantes de Pantan a quem não foi dada a suprema felicidade de ouvir e ver o nosso Mestre venerado, os prodígios visíveis e invisíveis que acompanharam a sua manifestação neste mundo, as considerações subtis que o espectáculo da vida e dos homens fizeram nascer no seu coração para glória dos que o ouviram e demais sucessos da sua peregrinação e apostolado nos países bárbaros de Pantan e Pantin. E se terminará a relação dos seus trabalhos com breves considerações sobre o fim prematuro do nosso Mestre, o incomparável Klim, afastado do convívio dos seus discípulos pela intervenção de misteriosos Poderes de que ao diante se dará conta.

Grande foi a tentação deste fraco servidor de tão corajoso Mestre de começar a narração da sua vida, imitando um dos mais celebrados livros de memória do glorioso país de Panton, pátria de Klim: «No princípio era Klim.»

Mas considerando melhor pensei que isso seria arriscar-me a ter o destino de Klim, gloriosíssimo destino que este pobre filho dum

recebedor de impostos não pode merecer. Os Grandes Técnicos da Eternidade, citar-me-iam nos tribunais de Pantan e Pantin como blasfemo. E o mais triste de tudo, O mestre de venerada memória, não viria defender-me, pois nos últimos anos da sua vida Klim não gostava dos heréticos. «Os heréticos – dizia Ele – ofendem uma coisa em que não acreditam e isso é na verdade coisa de loucos.» Acresce ainda que os amigos de Klim se indignariam porque o conheceram criança e considerariam tal afirmação como filho do meu espírito fantástico. Por isso falarei com simplicidade do nosso Mestre, bem amado.

Klim era Klim. Copiava eu o milésimo quarto recibo dos simpatizantes da Ordem que meu pai servia, quando o seu nome precioso caiu sob os meus olhos. Um único nome entre tantos nomes. Uma estranha perturbação me anunciou que encontrara o Mestre da minha vida, aquele que não precisa senão dum único nome. Nessa mesma noite dormi nos degraus da casa de Klim, onde havia outros discípulos e no dia seguinte parti com Ele através do país de Pantan.

E só então e começou a tornar claro para mim como era difícil ser Klim, ser apenas Klim. Mesmo os discípulos, os mais ínfimos discípulos como eu, tinham vários nomes...

Transcrição de manuscrito, inacabado, de Klim O Catavento (1950), a tinta azul, em três folhas de papel amarelecido, sem correcções; no acervo encontra-se numa pequena pasta, junto de outras páginas manuscritas referentes a Tristão Bernardo e a Tristão Georges.



Significação existencial do amor

I Imagino, muitas vezes, que a luta entre Jacob e o Anjo teve um final diferente daquela que narra o texto sagrado. Imagino que Jacob lutou com o Anjo até ao amanhecer e que quando a manhã chegou o Anjo ajoelhou vencido e chorou. E penso então que esta foi a mais desastrosa aventura dum homem: recusar até ao fim da noite submeter-se ao enviado do Senhor. E, finalmente, recusar-se ao Seu Senhor e perder a única oportunidade de sair de si mesmo. O Anjo chora não por si mas pelo homem que não consentiu ser vencido e liberto pelo seu deus.

É um combate assim o do encontro humano com a realidade a que chamamos amor. Ganhá-lo, recusando-o ou falhando-o é perdê-lo. Perdê-lo perdendo-nos no abandono a um outro é ganhá-lo. De qualquer maneira a única possibilidade que nos é oferecida para quebrar o arco de invencível solidão que é cada homem que não encontrou o amor e não foi vencido por ele.

II O amor de S. Francisco, singular penetração do coração como dizia o seu contemporâneo Tomás de Celano, é a mais perfeita forma de amor humano e divino porque, mercê dum dom de caridade infinita, ultrapassa em relação a todas as coisas as nossas distinções do amável e do detestável tal como cada um é capaz de fazer em favor dos seres de excepção que ama. S. Francisco faz para o sofrimento, a dor e a morte, o que nós não fazemos para a própria mãe: aceita-os como irmãos e irmãs, misteriosos instrumentos de Deus no mistério infinitamente amável da sua divindade.

Mas esta aceitação não é aceitação passiva de quem aceitando tudo não aceita nada como no budismo para quem as aparências são ilusórias. Esta aceitação é a aceitação heróica da diferença, da eterna irredutível querida por Deus da qual estaremos ausentes. É a aceitação mesmo do nada do mundo por ser o Nada que Deus quis fosse matéria deste mundo. Ver o Nada e amá-lo, eis S. Francisco pois essa Nada é a imagem sensível, a única que nos é acessível do lado mortal de Deus.

I – Transcrição de manuscrito a tinta preta em duas folhas não numeradas de papel branco amarelecido, não assinado e datável dos anos 50.

II – Transcrição de manuscrito a tinta azul numa única folha de papel branco, sem rasuras ou emendas.

Agradece-se a selecção e transcrição dos textos inéditos de Eduardo Lourenço, agora publicados, ao responsável pelo projecto «Inventário e Catalogação do Acervo de Eduardo Lourenço», da responsabilidade do Centro Nacional de Cultura, e iniciado em Maio de 2008, com o apoio financeiro da Fundação Calouste Gulbenkian.